

Programa Preliminar

Concurso limitado
por prévia qualificação

Reabilitação do Palácio
dos Condes do Vimieiro,
Arraiolos

Entidade Adjudicante

Assessoria Técnica



ORDEM DOS ARQUITECTOS
SECÇÃO REGIONAL DO ALENTEJO



Índice

1. Enquadramento	2
2. Síntese histórica	4
3. Missão	9
4. Objetivos	11
5. Temáticas funcionais.....	13
5.1. Estudo e Investigação	13
5.2. Documentação	14
5.3. Exposições	14
5.4. Programa Cultural	15
5.5. Residências Artísticas	16
5.6. Formação Musical	16
5.7. Educação.....	16
6. Programa funcional	18
7. Condicionantes.....	21
8. Estimativa de custo de obra	21
9. Anexos	21

1. Enquadramento



Fig. 1 – Fachada principal

Em abril de 2021, a Câmara Municipal de Arraiolos adquiriu à Santa Casa da Misericórdia do Vimieiro o histórico edifício de construção quinhentista conhecido como “Palácio dos Condes do Vimieiro”, hoje em avançado estado de ruína, mas que durante séculos foi moradia dos donatários da vila, o que, por si só, é elucidativo da relevância e simbolismo que assume no contexto local.

Na sequência da aquisição do edifício há, da parte do executivo municipal, a intenção de se proceder à sua conservação e requalificação através da implementação de um projeto cultural que valorize a sua história e arquitetura e, por consequência, se possa constituir como uma forma de reconhecimento e valorização da própria vila e freguesia do Vimieiro, tanto num plano cultural como, por consequência, nas áreas da economia e do turismo.

Considerando que o culto e tradição das práticas musicais no âmbito das bandas filarmónicas na vila do Vimieiro têm mais de um século e se mantiveram em atividade de forma ininterrupta, principalmente através de um contínuo movimento associativo de uma riqueza etnográfica sem



par na região do Alentejo e mesmo num contexto nacional, é pretensão do Município de Arraiolos que a vila do Vimieiro possa vir a acolher, no Palácio dos Condes do Vimieiro, um centro cultural, de cariz museológico e com um variado leque de valências subordinadas à temática das práticas musicais no âmbito das bandas filarmónicas. E, para definição da área territorial de abrangência do projeto, pretende-se que o referido centro contemple essa tradição local e permita o seu enquadramento num âmbito regional, numa primeira fase do projeto, e numa segunda fase se amplie o projeto à escala nacional, preenchendo-se um vazio existente no panorama museológico e cultural português relativo a esta temática.

Simultaneamente, há a ideia e pretensão de que por meio do estudo, investigação, inventariação e exposição, segundo os melhores e mais adequados procedimentos museológicos e científicos, seja possível relacionar de forma harmoniosa a história do edifício, indissociável da história mais antiga da vila e do extinto concelho do Vimieiro, com a sua tradição contemporânea, reconhecidamente relacionada com as práticas musicais no âmbito das bandas filarmónicas e, muito especificamente, com as suas sociedades e bandas, que ao longo do século XX se erigiram como as mais importantes instituições de cariz cultural da vila do Vimieiro. O enquadramento destas especificidades locais numa escala regional e nacional é uma das mais substanciais pretensões do projeto museológico.

Existem, todavia, mais algumas valências com que se pretende dotar o edifício para que a comunidade local e todos aqueles que o venham a visitar possam usufruir: nomeadamente uma sala de espetáculos e um espaço de dormitório que possibilite a realização de residências artísticas, workshops e outras atividades no domínio das temáticas do projeto. Para cumprir este objetivo, o Município de Arraiolos decidiu lançar um concurso de conceção limitado por prévia qualificação com a assessoria técnica da Secção Regional do Alentejo da Ordem dos Arquitectos. O Município de Arraiolos detém a propriedade e tutela do projeto, ficando a gestão e direção institucional do projeto, tanto durante como após a sua implementação, a cargo do executivo da Câmara Municipal de Arraiolos democraticamente eleito para o exercício das funções que lhe são inerentes.

A estrutura de pessoas ao serviço do projeto será definida pelo Município de Arraiolos, devendo, pela sua natureza temática e espacial, ter um conjunto de funcionários ou colaboradores que para além de assegurarem as funções de higienização dos espaços, serviço de cafetaria, receção e apoio à bilheteira e loja, vigilância dos espaços, bem como serviços de secretariado, assegurem trabalho de cariz científico, preferencialmente nas áreas da História, Etnomusicologia e Museologia.

2. Síntese histórica



Fig. 3 – Alçado do jardim (sul)

Sobre o edifício conhecido como o Palácio dos Condes do Vimieiro, moradia oficial dos donatários da vila, poucos estudos foram realizados até ao momento e pouca informação chegou aos nossos dias. Principalmente porque escassa documentação primária sobre o assunto tem sido consultada e posteriormente publicada. Se sobre os senhores da vila, por se incluírem na alta nobreza portuguesa, há estudos e considerável informação publicada, sobre o edifício, de uma forma geral, pouco mais se sabe do que o publicado por Túlio Espanca no seu *Inventário Artístico* e referências dispersas na biografia de alguns dos Senhores da vila. Do pouco que se sabe, ressalta, *grosso modo*, a sua construção quinhentista, em data que não foi apurada, e uma grande intervenção de obras e ampliação entre 1770 e 1790, aproximadamente, por via da ação do penúltimo donatário da vila, Dom Sancho de Faro e Sousa.

18 de janeiro de 1437

O rei Dom Duarte faz doação do Vimieiro a Dom Sancho de Noronha, conde de Odemira, que assim se torna no primeiro Senhor do Vimieiro.



1538

Data possível para a fundação e construção do Palácio do Vimieiro, restando desse período construtivo pouco mais que o seu corpo norte. Consta que terá sido Dom Fernando de Faro, 3.º Senhor do Vimieiro, ou Dom Francisco de Faro, seu filho e quarto Senhor do Vimieiro, a quem se deveu a obra de construção do palácio. O ano de 1538 é indicado como data possível dessa fundação por ser a partir desse ano que em muitas escrituras que têm os senhores da vila como outorgante, são assinadas nas “*suas pousadas na vila*”, as quais, eventualmente, poderiam ser já então o Palácio que chegou aos nossos dias.

1580

Morte de Dom Francisco de Faro, quarto Senhor do Vimieiro, aos 60 anos, no seu Palácio na vila, tendo vindo a ser sepultado em capela no convento de São Francisco, em Estremoz.

1614

Dom Francisco de Faro, quinto Senhor do Vimieiro e, tal como seu pai, fiel aos Filipes, é agraciado por Filipe III de Castela com o título de Conde do Vimieiro.

1658

Através do casamento de Dom Diogo de Faro e Sousa, oitavo Senhor do Vimieiro, com Dona Maria Francisca de Menezes, sobrinha e herdeira do erudito eborense Manuel Severim de Faria, toda a livraria e manuscritos do chantre de Évora passou para a posse dos Faro e Sousa e foi, mais tarde, acomodada no Palácio do Vimieiro, que passou a contar com uma das melhores bibliotecas do reino.

1714

Falecimento no Palácio do Vimieiro de Dom Fernando de Faro, bispo de Elvas, irmão de Dom Diogo de Faro e Sousa, oitavo Senhor do Vimieiro.

1725

Data do relógio de sol, em mármore branco, existente no varandim do palácio.

c. 1730

Dom Diogo de Faro e Sousa, décimo Senhor e terceiro conde do Vimieiro, terá realizado obras no Palácio e aumentado o espaço do jardim, que até então serviria como horta.

1735

Nasce no Palácio do Vimieiro Dom Sancho de Faro e Sousa, o qual viria a ser o décimo primeiro Senhor e quarto conde do Vimieiro.

1738

Nascimento, na Palácio do Vimieiro, no dia 23 de março, de Dom João de Faro e Sousa, que viria a ser o décimo segundo e último Senhor do Vimieiro, bem como o quinto conde de mesmo nome.



1770

Tem início uma grande campanha de obras que contemplam a alteração da estrutura e ampliação no Palácio e jardim a expensas de Dom Sancho de Faro e Sousa, décimo primeiro Senhordo Vimieiro e quarto conde. Consta que as obras, que terão durado até 1790, data da morte do conde, terão ficado a cargo de Guilherme Luís Valleré, construtor do Forte de Lippe, em Elvas. A construção da opulenta entrada do jardim do palácio, também denominado de quinta, bem como a sua decoração marmórea, neo-clássica, e grande parte do atual corpo do palácio, surgem dessa campanha de obras.

Década de 1770

No palácio funcionou o cenáculo *Nova Arcádia*, onde pontificava a condessa Dona Teresa de Mello Breyner, distinta poetisa que publicou, em 1788, a tragédia *Osmia*, através da Academia Real das Ciências, e outras publicações, inclusivamente em língua castelhana, utilizando os pseudónimos *Lia* e *Tirse*.

1774

Construção da fonte-obelisco monumental, marmórea, neoclássica, que constituiu homenagem que Dom Sancho de Faro e Sousa quis prestar a sua mulher, a poetisa Dona Teresa de Mello Breyner.

1801

Data da extinção da casa senhorial de Vimieiro por morte sem descendência direta de Dom João de Faro e Sousa, décimo quarto Senhor e quinto conde do Vimieiro, no dia 15 de abril. Tendo sido extinto o Senhorio do Vimieiro e o correspondente título de Conde, os seus bens passaram para a posse da sua prima Dona Luísa Henriqueta de Menezes, Condessa de Lumiares.

c. 1850

O palácio e o jardim estavam arrendados a Nicolau Pereira Lobo, último capitão-mor da vila do Vimieiro.

c. 1875

Compra do edifício do Palácio e respetivo jardim por parte do abastado proprietário vimieirense João António da Matta, pai de José Caeiro da Matta, que viria a ser professor catedrático de Direito na Universidade de Coimbra, reitor da Universidade de Lisboa e, entre outros cargos, ministro dos Negócios Estrangeiros e da Educação Nacional durante o regime ditatorial do Estado Novo.

1890

Em texto da autoria de Joaquim Soeiro de Brito, no jornal *O Manuelinho d'Évora*, lê-se a seguinte descrição do Palácio do Vimieiro: “O palácio ou paço, como ainda há quem lhe chame, apesar de quasi inhabitavel, conservava ainda há pouco annos muitos dos seus vastos



e elegantes salões em bom estado, sobressahindo o de honra, onde no tecto se via pintado o braço de armas dos condes (...) das dependências do palácio restam um lagar de azeitonas, ruínas de cocheiras, cavallariças e diversas fabricas e um jardim completamente devastado.”

Século XX

Ao longo de quase todo o século XX, as divisões da fachada norte e noroeste do palácio viriam a ser arrendadas a várias famílias vimieirenses que aí habitaram. Essa habitação popular no edifício do palácio duraria até finais da centúria.

c. 1940

Instalação dos serviços da Casa do Povo do Vimieiro no edifício do Palácio, onde se mantiveram até aos finais da década de cinquenta.

c. 1950

Demolição do muro original de delimitação do jardim do paço.

c. 1980

O Eng. Basílio da Matta, filho do Prof. José Caeiro da Matta e neto de João António da Matta, faz doação do Palácio e do respetivo jardim à Santa Casa da Misericórdia do Vimieiro. Por essa altura, instalação no palácio do Clube Alentejano de Desportos Vimieirense, associação desportiva local, fundada em 1973.

c. 1986

Início da construção da creche da Santa Casa da Misericórdia do Vimieiro junto ao espaço do antigo paço que era popularmente designado de “touril”, pelo uso que lhe era dado.

1988

Início da obra de construção do edifício do Centro de Dia do Vimieiro, pertencente à Santa Casa da Misericórdia local, o qual veio a ser implantado no antigo jardim do paço.

14 de junho de 1990

Inauguração do Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia do Vimieiro em parte do antigo jardim do paço.

20 de agosto de 1990

Despacho da Subsecretária de Estado da Cultura, homologando o palácio como de Interesse Municipal.

c. 1990

Na última década do século XX, antes do total abandono e ruína, grupos musicais vimieirenses, como o *Banda Sonora*, e mais tarde, o *Vento Suão*, ensaiavam em salas do edifício do antigo palácio.

Meados da década de 90

Construção dos primeiros quartos do Lar de Terceira Idade do Vimieiro, no primeiro piso do Centro de Dia.



2006

Ampliação do Lar de Terceira Idade do Vimieiro, com a construção de mais quartos, ocupando-se mais uma vasta zona do antigo jardim do paço.

2009

Inauguração do Centro Interpretativo do Mundo Rural, projeto museológico com tutela da Câmara Municipal de Arraiolos que veio ocupar um vasto espaço, junto à entrada principal do antigo jardim do Palácio, por cedência da Santa Casa da Misericórdia do Vimieiro.

2019

Início de novas obras para ampliação do edifício do Lar de Terceira Idade da Santa Casa da Misericórdia do Vimieiro.

2021

A Câmara Municipal de Arraiolos compra à Santa Casa da Misericórdia do Vimieiro o edifício do antigo Palácio dos Condes do Vimieiro.

3. Missão



Fig. 04 – Pátio

O presente projeto surge da necessidade de requalificação do edifício onde será instalado, da valorização da história que lhe está associada e da importância histórica e etnográfica que, na vila do Vimieiro, assume a música e, em especial, a sua componente associativa e filarmónica.

É, assim, missão do projeto:

- > Reabilitar, requalificar e valorizar o edifício, respeitando a sua história e, ao mesmo tempo, adaptá-lo à contemporaneidade, imprimindo-lhe características que o adequem às necessidades de polivalência técnica que o projeto deve ter, e, simultaneamente, valorizando a sua componente estética e formal, transformando-o num local sofisticado, aprazível e em que existam as condições e os espaços necessários ao seu usufruto quotidiano e às várias atividades que aí se irão desenvolver.

- > Com um âmbito assumidamente multidisciplinar, o projeto terá a missão de preservar a memória e valorizar duas temáticas distintas, mas que no contexto da vila do Vimieiro



assumem interligação: o vasto período, entre 1437 e 1801, que na vila do Vimieiro foi marcado pelo poder senhorial, assumindo o edifício do palácio um valor simbólico, e a mais importante expressão histórica, etnográfica e artística da contemporaneidade vimieirense, as práticas musicais no âmbito das bandas filarmónicas, documentadas na vila do Vimieiro desde meados do século XIX.

- > Através da história e património imaterial de relevância existente na vila do Vimieiro no âmbito das práticas musicais filarmónicas, partindo-se desse universo local, realizar um contínuo e vasto estudo, investigação e documentação de abrangência regional, numa primeira fase, e, numa segunda fase, de cariz nacional, sobre as práticas musicais no âmbito das bandas filarmónicas, preenchendo-se um vazio existente a esse nível.
- > Promoção do desenvolvimento da economia e turismo local e fruição de uma temática local com enquadramento nos contextos históricos e etnográficos da região e do país, tornando a vila do Vimieiro num epicentro do movimento filarmónico.
- > Desenvolvimento de estratégias com vista à interligação de pessoas e instituições relevantes no panorama das práticas musicais filarmónicas em Portugal, tanto num plano local como regional e nacional.
- > Criação de dois arquivos de memória imaterial e material subordinados a duas temáticas: a prática musical no âmbito das bandas filarmónicas, num plano local, regional e nacional e o período de poder senhorial na vila do Vimieiro.
- > Revitalização das duas históricas sociedades filarmónicas vimieirenses, através da disponibilização de espaços técnicos afins com as suas atividades e promoção do contacto e troca de experiências com outras instituições e pessoas do meio, bem como a realização de atividades de ensino não formal no âmbito do projeto que possam beneficiar os membros dessas instituições locais, designadamente os regentes e músicos das suas bandas filarmónicas.

4. Objetivos



Fig. 5 – Vista a partir do jardim do obelisco

Os objetivos do projeto são complementares à sua missão e visam a sua concretização.

CONCEITO ARQUITETÓNICO

- > Conceito arquitetónico e metodologia construtiva inovadores na relação com a pré-existência tendo em consideração os valores históricos e culturais em presença.
- > Criação de um discurso museológico e cultural que associe e interligue de forma harmoniosa a história do poder senhorial no Vimieiro com as práticas musicais no âmbito das bandas filarmónicas, nas vertentes da história, etnografia e arte.
- > Promover e apoiar estudos e projetos de investigação afins com duas temáticas: o poder senhorial no Vimieiro e a história associada ao palácio, sede desse poder senhorial e a prática musical no âmbito das bandas filarmónicas a nível local, regional e nacional.

INTEGRAÇÃO E VALORIZAÇÃO

- > Respeitar os valores históricos e patrimoniais do edifício.
- > Criar uma imagem identitária na vida da comunidade.



- > Valorizar o património através de uma intervenção dialogante e coerente com a pré-existência.
- > Reabilitar o Palácio criando um espaço atrativo e acessível à comunidade.

FUNCIONALIDADE

- > Originalidade e coerência na formalização espacial do programa funcional e articulação entre os vários usos.
- > Solução inovadora na integração das infraestruturas.
- > Garantir a acessibilidade universal conforme legislação em vigor.
- > Valorizar o património através da definição de um conceito gráfico e visual para os espaços expositivos.

SUSTENTABILIDADE E EXEQUIBILIDADE

- > Adequação das soluções técnicas no âmbito das várias especialidades e infraestruturas tendo em conta a preservação da integridade do edifício.
- > Implementar tecnologias que minimizem o consumo energético e privilegiem a utilização de energias renováveis.
- > Considerar na materialização da intervenção princípios assentes na sustentabilidade, durabilidade e baixos custos de manutenção.
- > Adequar a solução de projeto face à estimativa do custo de obra.

5. Temáticas funcionais



Fig. 6 – Obelisco

5.1. Estudo e Investigação

Desde o início do projeto, a par de todo o processo burocrático e de transformação arquitetónica do Palácio, será constituída uma equipa técnica, com recursos humanos qualificados, e dado início a uma vasta investigação que contemple o estudo das práticas



musicais no âmbito das bandas filarmónicas, partindo-se do seu contexto local, para o regional e nacional, como forma de dar substância às dinâmicas discursivas a adotar na parte museológica do projeto, mas também nas outras valências que lhe estarão associadas.

Para que o projeto possa atingir uma dimensão regional e nacional e se constitua como instituição cultural de referência na área da prática musical no âmbito das bandas filarmónicas, deve incluir um centro de investigação, onde se estude aprofundadamente todas as temáticas relacionadas com o assunto em Portugal, onde se possa coligir e criar nova informação com o objetivo de que se dê início a publicações regulares sobre o assunto e até, eventualmente, se possa criar uma publicação periódica de abrangência nacional com a colaboração das instituições filarmónicas e investigadores da área existentes por todo o país.

Paralelamente, deve também dar-se relevância ao estudo e investigação do edifício do palácio e à história dos seus donatários, intrinsecamente ligados à história do Vimieiro. Deve, pois, a partir desse estudo, ser criada uma narrativa histórica que seja integrável no projeto, valorizando-se a sua ancestral importância e potenciando-se a história e cultura local em harmonia com a tradição musical centenária da vila do Vimieiro, sendo fundamental que essas temáticas sejam parte de um todo uno.

5.2. Documentação

Parte integrante do projeto e em sentido paralelo ao estudo e investigação, deve ser criado um centro de documentação, onde se reúna, organize e catalogue documentação sobre a história do movimento filarmónico num plano local, regional e nacional desde o seu início até aos nossos dias. Deve aí reunir-se, de forma organizada, toda a documentação manuscrita, bibliográfica, fotográfica, vídeo, áudio e noutros formatos que se considere necessário. Assim, será possível que se crie um centro de documentação em torno da prática musical das bandas filarmónicas e dos seus repertórios, o que será uma garantia da qualidade científica do projeto. Paralelamente e nos mesmos moldes, deve ser criado um fundo documental dedicado ao Palácio dos Condes do Vimieiro.

5.3. Exposições

Tratando-se de um projeto também de cariz museológico, devem existir, obrigatoriamente, dois tipos de exposição. Uma chamada de permanente ou de longa duração, apesar de obviamente estar sempre em processo aberto de mudança e transformação, como sempre deve ser numa instituição museológica, na qual deve constar a informação, objetos, discurso e mensagem subordinada às temáticas gerais do espaço museológico.



Depois, deverá haver também exposições temporárias, em espaço próprio, em harmonia como programa do projeto e com uma dinâmica temática vasta, mas sempre, de alguma forma, interligada com as temáticas gerais do espaço, para garantia de coerência. As exposições temporárias devem, pois, gerar heterogeneidade temática, atrair novos e velhos públicos e garantir dinâmica ao projeto.

Por via dos processos de investigação, estudo, documentação e exposição, será natural que também se produzam exposições itinerantes que levem o projeto ao exterior, a outros espaços culturais e museológicos e permitam um alargar do espectro discursivo e temático do projeto.

5.4. Programa Cultural

As exposições são parte integrante e fundamental do programa cultural, designadamente as temporárias e itinerantes, integradas no setor educativo do projeto. Porém, esse programa, dada a natureza geral do projeto, deve ser obrigatoriamente mais abrangente, pois pretende-se que inclua também uma forte componente formativa, residências artísticas, espetáculos musicais e outros afins, bem como a organização de eventos de discussão e divulgação de informação, tais como colóquios e mesas redondas, sempre em harmonia com as investigações em curso, bem como com o centro de documentação do projeto.

Para que todas as partes confluem para o mesmo objetivo, será fundamental a criação de contínuas programações, gerais e específicas, que constituam um conjunto de atividades, eventos e iniciativas que possam transformar o projeto num centro de referência cultural, vocacionado para a práticas musicais no âmbito das bandas filarmónicas, mas também integrador de outras artes e expressões artísticas fundamentais para uma melhor compreensão do que foi e é o movimento da filarmónica em Portugal.

Através da conceção de uma programação vasta, criativa e adequada aos meios físicos e humanos à disposição, integradora de instituições e pessoas de um espaço geográfico alargado, mas também da comunidade local. Assim, será possível criar uma dinâmica e um sentimento de pertença que poderá ser fundamental para a melhoria geral das condições das pessoas e empresas locais, mas também ser um polo fundamental de união da comunidade local em volta de um objetivo comum e de um bem cultural imaterial que é muito apreciado na vila do Vimieiro, a música.



5.5. Residências Artísticas

Pretende-se que a criação do projeto no Palácio dos Condes do Vimieiro se constitua como um local de constante circulação de pessoas, instituições, informação e saber associado. Assim, deve ser criada uma estrutura anexa ao edifício ou numa das zonas do edifício onde seja possível acolher e alojar grupos de pessoas, tais como bandas filarmónicas, para que o centro funcione como um espaço de interação, de troca de experiências e de criação de novos caminhos que fortaleçam o movimento associativo filarmónico em Portugal e onde se promova a criação de laços entre instituições e se gerem novos projetos que possam ser importantes contributos para a continuidade e evolução das práticas no âmbito das bandas filarmónicas em Portugal.

5.6. Formação Musical

Através da criação de um centro dedicado à temática das práticas no âmbito das bandas filarmónicas não se pretende substituir o papel fundamental que as instituições filarmónicas têm no ensino da música, não só a nível regional ou nacional, como em específico no caso das duas sociedades filarmónicas da vila do Vimieiro, as quais, desde há aproximadamente cem anos, ininterruptamente se têm dedicado ao ensino e formação de músicos para as duas bandas.

Assim, neste projeto pretende-se a criação de uma agenda e programa contínuo de workshops, ateliers e formações específicas sobre um determinado instrumento musical ou de um género específico, com convidados experientes ou de referência numa determinada área da música, tais como professores de música, regentes de bandas filarmónicas ou mesmo músicos de bandas de reconhecida qualidade, por exemplo. Desta forma, poderá o centro constituir-se como um complemento formativo não formal de músicos e bandas, deixando-se o ensino convencional para as instituições filarmónicas e para as escolas formais de música, sem que as atividades formativas do projeto se sobreponham às dinâmicas dessas instituições.

5.7. Educação

Pretende-se criar uma estrutura de apoio aos vários públicos e faixas etárias que se prevê que venham visitar o centro. Atividades, eventos, dinamização, gestão de visitas guiadas e soluções com materiais convencionais ou com recurso a tecnologias, mas sempre conduzidas por uma estratégia que vise essencialmente a educação dos diferentes públicos (crianças, jovens, adultos, seniores) e se enquadre na mensagem que se pretende passar, sendo fundamental a valorização das práticas musicais no âmbito das bandas filarmónicas.



Deve ser criada uma estratégia de ligação entre a música, outras expressões artísticas e o próprio edifício, sendo para tal fundamental a evocação da figura de Dona Teresa de Mello Breyner, uma das condessas do Vimieiro que foi também uma das mais importantes poetisas portuguesas do século XVIII, com obra publicada e a existência de muitos estudos sobre a sua vida e obra. A sua figura pode ser o veículo fundamental da heterogeneidade cultural que o projeto deve ter, sendo o serviço educativo um dos espaços privilegiados para se garantir essa associação e a fundamental comunicação com os diferentes públicos e com a comunidade local.



6. Programa funcional

Não existindo ainda um plano arquitetónico de requalificação do edifício para adaptação às exigências da sua nova utilização nem uma definição do discurso e percurso museológico a adotar, mas já se sabendo das necessidades espaciais e técnicas para instalação do projeto, indica-se em seguida, por ordem alfabética, a totalidade dos espaços a contemplar no projeto arquitetónico para que seja possível implementá-lo de uma forma coerente e prática, sendo fundamental a definição das necessidades técnicas e tecnológicas associadas ao uso que será dado a cada uma das salas que aqui se indicarão. Para além da viabilidade técnica de cada espaço e instalação das várias áreas, desde a eletrificação ao som, é fundamental que, no caso das salas definidas para musealização e zonas expositivas, se garanta a viabilidade de definição de um percurso expositivo em harmonia com o plano e programa museológico.

Não estando pré-definidas áreas de referência para cada um dos espaços, as mesmas ficarão ao critério dos concorrentes.

É de suma importância referir que existe um espaço exterior, junto ao edifício do Palácio (será identificado em documento a enviar pelos serviços municipais) que a Santa Casa da Misericórdia cedeu para o projeto e que também poderá ser utilizado para a construção de estruturas arquitetónicas.

Espaço	Descrição
Arrumos	Para os óbvios efeitos práticos a que se destinam, deve existir pelo menos uma sala de arrumos em cada um dos pisos do edifício.
Auditório / Sala de espetáculos e espaços anexos	<p>Sala de espetáculos/auditório com 150 lugares sentados, onde se possam realizar concertos dos vários géneros musicais, mas que também possa acolher a realização de colóquios, teatro e outros espetáculos ou eventos que se considerem consentâneos com a sala em questão.</p> <p>Para além das instalações e espaços técnicos necessários a uma sala destas características, será obviamente fundamental a existência de espaços de apoio como camarins e áreas técnicas. Junto ao auditório deve existir uma sala mais pequena que também possa servir para ensaios e apoio a eventos e espetáculos.</p> <p>Dada a proximidade do edifício com o lar de idosos e creche da Santa Casa da Misericórdia do Vimieiro, deve ser considerada fundamental uma eficaz</p>



	<p>insonorização da sala, sem que isso interfira com a sua acústica.</p> <p>É fundamental que o auditório tenha um acesso e utilização autónomos, de forma que se possa a ele aceder mesmo quando os outros espaços do edifício não estejam em normal horário de funcionamento.</p>
Cafetaria	<p>Espaço com as necessárias condições técnicas e espaciais, a qual deve ter circuito de acesso independente das zonas destinadas ao público visitante, de forma a ser possível a sua fruição em regime de autonomia.</p>
Centro de documentação	<p>O espaço do centro de documentação deve ser dividido por três zonas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Uma sala de consulta para investigadores em que se incluam as condições necessárias para a boa consulta da documentação e, na mesma sala, o espaço de atendimento institucional a esses mesmos investigadores;- Uma sala de arquivo, onde se possa acomodar a documentação, bibliografia e outros materiais necessários à constituição de um centro de documentação;- Uma sala de trabalho para técnicos onde se proceda à catalogação e tratamento da documentação e materiais a incorporar no centro de documentação.
Dormitório	<p>Espaço de dormitório com as necessárias características para o alojamento de pessoas e grupos, havendo a necessidade de que o dormitório tenha uma dimensão que permita o seu usufruto por parte de elementos que constituam bandas filarmónicas e outros grupos inseridos em atividades, eventos e, designadamente, residências artísticas. Pelas características e utilização a que se destina, este espaço deve ter autonomia de acesso no contexto do edifício.</p>
Espaço sócio-educativo	<p>Sala destinada à realização de atividades do serviço sócio-educativo, que pode incluir tecnologia, materiais didáticos e afins e deve, por isso, ter uma sala técnica anexa para arrumo dos materiais e sua preparação no âmbito das atividades a desenvolver. Ações como workshops e ateliers podem ter lugar nesta sala, a qual deve ter características técnicas e espaciais que permitam o exercício dessa polivalência.</p>
Exposição de longa duração	<p>Devem existir entre 6 a 10 salas destinadas à exposição de longa duração, incluindo-se nesses espaços a informação subordinada à música filarmónica, mas também sobre o edifício do antigo palácio e a história dos donatários do Vimieiro entre 1437 e 1801. As salas devem estar preparadas, no aspeto técnico e tecnológico, para dar resposta às opções museográficas e museológicas a adotar e, principalmente, para que seja possível a definição de um percurso museológico simples, lógico e aprazível para os visitantes.</p>



Exposições temporárias	Sala destinada à realização de exposições temporárias, com as necessárias características técnicas e tecnológicas para que seja possível expor e iluminar diferentes tipos de objetos e informação, e realizar apresentações em diferentes formatos, sendo fundamental a possibilidade de recurso a meios audiovisuais. É fundamental a existência de uma sala técnica de apoio à preparação, montagem e desmontagem dessas exposições, bem como à correta acomodação dos materiais de embalagem de objetos a expor bem como de materiais museográficos.
Gabinetes/ Sala reuniões	Considerar dois gabinetes para técnicos e uma sala de reuniões.
Instalações sanitárias	Devem ser criadas instalações sanitárias para público visitante em cada um dos pisos do edifício a que o público visitante tenha acesso, devendo ser tomadas em consideração as zonas destinadas a outras funções, como o auditório ou os dormitórios, nas quais também haverá presença de visitantes e pessoas não pertencentes ao corpo técnico, sendo fundamental a existência de instalações sanitárias próprias. Na zona dos gabinetes dos técnicos devem ser criadas instalações sanitárias restritas, sem acesso para o público geral.
Loja	Espaço, de preferência, no final do percurso museológico, a qual deve ser de harmonia com uma estratégia de marketing e publicidade, com a criação de logótipos temáticos e materiais que sejam atraentes para os diferentes públicos, sendo também um espaço privilegiado das funções educativas do projeto através da disponibilização de publicações resultantes dos estudos e investigações realizados.
Receção e acolhimento aos visitantes	Área com as condições físicas e técnicas necessárias para garantir as melhores informações e condições de acolhimento. Deve permitir tanto o acolhimento de público visitante do espaço museológico como o acolhimento de público que se dirija a eventos e atividades a realizar no auditório. Deve, por isso, a sua localização ser estratégica num local que permita o comum funcionamento e respetiva autonomia espacial entre o percurso museológico a adotar e o acesso ao auditório.
Reservas	Espaço para acomodação dos eventuais objetos que venham a ser incorporados na coleção do projeto, bem como de materiais utilizados em exposições segundo os mais adequados procedimentos museológicos de acomodação e embalagem.



7. Condicionantes

A solução a apresentar deve obrigatoriamente cumprir as seguintes condicionantes:

- > Manter a cota de cumeeira;
- > Não é permitida ampliação em cave;
- > Manter a pintura do brasão de armas dos Condes do Vimieiro no piso 1.

8. Estimativa de custo de obra

O valor máximo estimado para o custo global da intervenção, é de € 3.100.000,00 (três milhões e cem mil euros) que inclui o valor do IVA à taxa em vigor. A solução deve ser adequada ao valor de investimento previsto.

9. Anexos

- Anexo 1: Levantamento topográfico [.dwg]
- Anexo 2: Levantamento fotográfico [.jpg]
- Anexo 3: Ortofotomapa [.jpg]
- Anexo 4: Levantamento arquitetónico [.dwg]
- Anexo 4: Estudo diagnóstico [.pdf]